

## Sujeitos da história, sobrevivências da memória

Almir Félix Batista de Oliveira\*

### Resumo

O presente artigo busca levantar algumas questões verificadas a partir da relação entre a história e a memória em fins do século XX e início do século XXI. Constitui-se em tentativa de compreender por que pessoas têm uma preocupação e uma compreensão da necessidade de organizar e preservar suas memórias, de transmiti-las e de também lutar contra o esquecimento, possibilita-nos entender, principalmente após memória e história terem se distanciado tanto e pelo fato de a primeira ter se transformado em objeto da história, a necessidade de uma proposta que problematize o porquê, apesar dessa separação, "homens-memória" continuam existindo, ou seja, por que a necessidade de uma nova aliança entre a memória e a história, mesmo que a primeira não seja mais a vivência, a tradição, mas uma submissão ao modelo, à sistemática da história.

**Palavras-chave:** História; memória; homens-memória.

### Abstract

This article seeks to raise some issues that occur from the relationship between history and memory in the late twentieth and early twenty-first century. It constitutes an attempt to understand why people have a concern and an understanding of the need to organize and preserve your memories, send them and also to fight against forgetting, enables us to understand, especially after memory and history, they have distanced themselves so much and because the first have become an object of history, the need for a proposal that questions why, despite this separation, "men-memory" remain, namely, why the need for a new alliance between the memory and history, even if the first is no longer the experience, the tradition, but a submission to the model, the scheme of history.

**Keywords:** History, memory, men-memory.

Em fins da primeira década do século XXI, parece que nós vivenciamos a fábula imaginada por Michael Ende no seu livro *A História sem fim*, cujo personagem principal – *Bastian* – visita uma cidade na qual seus moradores não são capazes de contar histórias, porque perderam a memória e, portanto, não têm idéia do que lhes aconteceu no passado. Somos incapazes de contar histórias, contudo, estamos vivendo um *boom* de memória que, por sua vez, paradoxalmente, não nos torna bons narradores. Apesar de inflacionados de memória como os personagens da fábula, não sabemos de contar histórias.

Em contraponto às chamadas *sínteses históricas* ou *metanarrativas*, multiplicaram-se as formas do contar, e neste sentido, acontecimentos como o Festival – A Arte de Contar Histórias ou o Encontro Nordestino de Contadores de História transformaram-

---

\* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

se em fatos inusitados e, no mínimo, curiosos, se ainda tivermos em mente uma perspectiva de um projeto de modernidade, iniciado em fins do século XVIII (para não retornarmos a, pelo menos, dois séculos anteriores) e no início do século XIX, que criou/elevou o papel/profissão do historiador como senhor do passado e da memória.

Nessa proliferação de memórias e na tentativa de compreender essa relação estabelecida pelas novas maneiras de se escrever a história, surgiu-nos a preocupação de entender por que determinados atores sociais, seja de forma individual ou coletiva, que não têm nenhuma relação com a profissão de historiador, propõem-se a organizar memórias e enquadrá-las/preservá-las dentro de uma perspectiva de memória/história a partir modelo institucionalizado pela historiografia.

Por que em fins do século XX, século em que a história realmente se institucionalizou enquanto disciplina e forma de ler/construir o passado e, no descortinar de um novo século de um novo milênio, observamos a necessidade de retomada da presença dos chamados “homens-memória”, prática verificada principalmente em sociedades ágrafas ou anteriores ao já mencionado projeto de modernização?

Localizados espacial e temporalmente no período em que o culto ao efêmero e ao transitório chega ao seu ápice, em que é imposto a todos viver o aqui e o agora, o momentâneo, estes “homens-memória” poderão representar, a partir de seus relatos, de suas memórias e da escrita de histórias, o resgate daquilo que a chamada história oficial não se ocupou, não soube o que fazer, não quis guardar, afinal, como nos lembra Walter Benjamin, em seu famoso texto – Sobre o conceito da história – *“articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”*. (BENJAMIN, 1994, p. 224)

As últimas décadas do século XX e o princípio deste presenciaram um debate a respeito de um tema e de uma temática não tão novos assim, porém com uma dimensão inimaginável. O tema: a memória; a temática: como essa se relaciona com a história. Produziram-se textos nas mais variadas línguas e oriundos das mais variadas nacionalidades. Debate que continua muito presente, e, para confirmarmos isso, basta que observemos a quantidade de material publicado nos últimos dez anos sobre o tema, que, inclusive, ganhou novos espaços ou até mesmo produziu novos espaços, novos lugares. Espaços, como o encontrado no instante em que se fala do patrimônio e da sua produção, para ficarmos em um só exemplo quando falamos dos já conhecidos *lugares de memória*<sup>1</sup>.

Acontecimentos gestados principalmente nas décadas de 60 e 70 do século XX e que alteraram as produções históricas a partir da década de 80. Entre esses acontecimentos,

podemos enumerar alguns de fundamental importância, tais como: o surgimento de novas bases teóricas a ancorar a pesquisa histórica, e aqui faço referência, primeiramente, à chamada *nouvelle histoire* francesa e, em consequência, o deslocamento da chamada História Social para a História Cultural; a própria ampliação do conceito de cultura, iniciado com os processos de descolonização pós-guerra e que suscitaram a necessidade de reescrita das histórias desses povos não mais numa perspectiva centrada no *eurocentrismo*, levando isso à ampliação, principalmente, do conceito de fonte histórica e da definição de novas temporalidades, o que colocou em xeque a concepção de verdade absoluta e do privilégio, anteriormente garantido ao documento escrito; como consequência disso e em consonância com isso, a utilização e apropriação dos métodos da etnometodologia (FONTANA, 1998, p. 10), são algumas das inúmeras mudanças observadas e que, ao longo desse período, alteraram o campo e a forma de ação dos historiadores.

Esses acontecimentos proporcionaram mudanças na historiografia, na forma de se escrever a história. Ocorreram redefinições de espaços e de fronteiras, e esse movimento proporcionou cooperação entre as várias disciplinas, promovendo a interdisciplinaridade. Novos problemas, novas abordagens e novos objetos foram propostos, conclamando, exigindo a ampliação dos velhos ou construção novos conceitos para dar resposta a esses novos questionamentos.

O historiador, anteriormente em papel de destaque e ungido pela sociedade como o responsável pelo contar da história, viu esse seu mundo ser tomado de assalto por outros profissionais das ciências humanas e sociais, como também o multiplicar das necessidades do falar, do lembrar, do contar, numa pluralização das memórias contidas, caladas, silenciadas, reprimidas, esquecidas. Viu, ainda, a necessidade de mudanças em suas práticas, de abrir-se a essas novas possibilidades e refazer a sua forma de produzir história.

Esse retomar da memória ou das várias memórias possibilita-nos o discutir de novas temporalidades de, paralelamente, como nos dizia Benjamin, podemos ver o encontro do passado, do presente e da construção do futuro em um mesmo tempo, e não em uma seqüência contínua de acontecimentos encadeados e sucessivos. Possibilita-nos discutir as várias identidades e suas construções, a construção de novos sujeitos históricos e de novas percepções de mundo e de vida cotidiana. Possibilita-nos, enfim, fazer história.

Os desafios colocados ao historiador em fins do século passado e o início deste, em relação à construção de suas narrativas e perspectiva de escrita da história, devem ser encarados muito mais como oportunidades do que obstáculos a serem vencidos. Afinal, como nos lembra bem Benjamin, “*o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é*

*privilegio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de encer*”. (BENJAMIN, 1994, p. 224-225)

Neste sentido e observando a perspectiva de utilização dos relatos de memória, que tem se constituído em mais uma fonte, é necessário ao historiador compreender essas vozes, essas falas, não só como confirmação ou contraponto em relação às chamadas histórias oficiais, mas também uma busca pela não homogeneização, pela diferença, pelo direito à fala, pela construção de uma contra-história desafiadora das falsas generalizações de um tipo de história, que se quer única e “verdadeira”.

Em seu texto *Memória e Identidade Social*, Michael Pollak nos demonstra, a partir de seus trabalhos de História Oral, com judeus, sobreviventes de campos de concentração nazistas, que uma das principais características da memória é esta ser um **elemento constituinte do sentido de identidade** e, neste sentido, definir uma imagem e uma ação, a imagem que tem para si, quem tem de si e para os outros. Isso define, de maneira superficial, porém eficaz, um sentido de identidade, um sentido de continuidade e unidade. Algo que faz com que passemos a nos sentir parte integrante de um determinado grupo social e, portanto, possamos inscrever as nossas memórias individuais nas chamadas memórias coletivas, sendo capazes de continuar a nos movimentar nos escorregadios ou movediços caminhos do devir histórico.

Mostra-nos também, a partir deste texto e do texto *Memória, Esquecimento e Silêncio*, mesmo para aqueles que têm a necessidade, a vontade de falar, organizar, articular um discurso sobre si próprio e sobre outros, o quanto é difícil discorrer sobre lembranças, sobre memórias subterrâneas, escondidas, guardadas, silenciadas por determinados grupos durante longos períodos:

[...] é reconhecer que contar a própria vida nada tem de natural. Se você não estiver numa situação social de justificação ou de construção de você próprio, como é o caso de um artista ou de um político, é estranho. Uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse. Já é difícil fazê-la falar, quanto mais falar de si. (POLLAK: 1992, p. 12)

Nessa perspectiva, dar voz, ouvir, desenvolver sensibilidades, buscar novos atores, ver novos espaços, seguir novos caminhos, ouvir outras vozes, não em busca de uma verdade, conceituada a partir de um ideal de absoluto, numa perspectiva que Benjamin já alertava de uma suposta cientificidade que serve a uma finalidade obscura, ou encoberta, que objetiva estabelecer uma verdade do passado, é que acreditamos serem necessários estudos,

trabalhos acadêmicos que possam tematizar a discussão sobre a memória, fazendo com que possamos nos perguntar por que algumas pessoas sem relação institucional ou profissional com a história têm uma preocupação e uma compreensão da necessidade de organizar e preservar suas memórias? Por que algumas pessoas têm a necessidade de fixar suas memórias em memórias ditas “oficiais”? Por que algumas pessoas têm a necessidade de organizar suas memórias em um período de tempo inscrito em sua juventude? Ou, ainda, por que algumas pessoas têm a necessidade de, a partir de suas memórias, elaborarem histórias, narrando-as posteriormente?

Seria a necessidade de incluir suas marcas pessoais ou até mesmo suas marcas familiares em narrativas mais amplas? Seria a possibilidade de ligação entre o velho e o novo na tentativa/busca de transmissão/intercambiação de experiências não tão presentes em nossa sociedade e já assinalada por Benjamin no início do século passado? Seria a tentativa de, através dessa transmissão/intercambiação de experiências, uma possibilidade de fugir ao efêmero, ao passageiro, na luta contra o consumo *fast-food* das relações humanas e sociais?

Importa-nos tomar, como exemplo, depoentes, do tipo de José Dias Belo, 82 anos, funcionário público aposentado, ex-agricultor, ex-pedreiro, que migrou do interior da Paraíba, especificamente da cidade de Pirpirituba para a capital João Pessoa, em 1956. Este presenciou o crescimento da cidade de João Pessoa, a sua modernização, o início de funcionamento da Faculdade de Medicina e sua federalização, entre outros fatos ocorridos, e, apesar do baixo nível de escolaridade, organizou exemplarmente memórias desses acontecimentos vividos e fixou-os em datas/momentos importantes.

Como afirmado anteriormente, esses “homens-memória” são os sujeitos-objeto desta análise, são problematizados porque destoam do que é concebido nessa sociedade globalizada como o predominante, mas são também as fontes do seu estudo.

Um outro exemplo são os trabalhos produzidos e a importância dos acervos documentais e fotográficos constituídos por alguns indivíduos na tentativa de construir/preservarem uma memória de si e de um determinado grupo social e de escrever um determinado tipo de história.

Tomemos como exemplo o Dr. Humberto Nóbrega (1912-1988), médico, ex-reitor da Universidade Federal da Paraíba, fundador da Faculdade de Medicina, escritor, autor do livro *Uma História da Faculdade de Medicina* e responsável por uma coleção de aproximadamente 12000 fotografias (com temáticas bastante diversificadas), inclusive, da cidade de João Pessoa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos do caráter legitimador que tem a memória nos processos de disputas e de construção do passado. Estudos que tematizem sua relação com a história construída e, conseqüentemente, a sua utilização por parte desta, já seriam, por si só, de extrema importância e justificável nos debates atuais realizados pela sociedade.

Como nos afirma Le Goff:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1996, p.426)

Ou ainda Marc Ferro:

[...] hoje mais do que nunca, a história é uma disputa. Certamente, controlar o passado sempre ajudou a dominar o presente; em nossos dias, contudo, essa disputa assumiu uma considerável amplitude. (FERRO, 1989, p. 1)

Esse papel desempenhado pela memória, bem como a possibilidade de garantir identidade aos grupos pertencentes à sociedade, tem sido por demais explorado ao longo do século XX e de forma mais acentuada ainda no final daquele e início deste século. O controle/conhecimento do passado é, por excelência, o controle do presente. O passado dignifica. O passado instala uma aura sobre o presente, garantindo o sentido de continuidade. Temos aí, inclusive, a legitimação do presente pelo passado na busca pela hegemonia do presente.

Porém, para além do debate sobre a utilização da memória como legitimadora e de apenas o papel denunciador desses estudos (bastantes legítimos, por sinal), acreditamos ser possível, como afirmava Benjamin, irmos além disso e, efetivamente, colocarmos em pauta uma nova forma de encararmos a relação existente entre o passado, o presente e a construção do futuro.

Ao possibilitarmos que novas vozes sejam ouvidas, que pessoas se disponham a falar de si e instalem suas memórias na coletividade, estaremos não só denunciando as disputas de memória e, nesse sentido, o esquecimento provocado pelas disputas de poder e de processos de homogeneização. Lutar contra o esquecimento, eis uma tarefa que se anuncia para o historiador desde Heródoto, não somente o esquecimento dos grandes feitos entre

gregos e bárbaros, ou que aqui nos pareça que somos capazes de tudo lembrar e guardar, como agia a personagem do romance de Jorge Luis Borges, “*Furnes, o memorioso*”, que, por se lembrar de tudo, terminou por perder o sentido da vida.

Dar voz e compreender por que pessoas como José Dias Belo que, apesar do baixo nível de escolaridade, têm uma preocupação e uma compreensão da necessidade de organizar e preservar suas memórias, de transmiti-las e de também lutar contra o esquecimento, possibilita-nos entender, principalmente após memória e história terem se distanciado tanto e pelo fato de a primeira ter se transformado em objeto da história, a necessidade de uma proposta que problematize o porquê, apesar dessa separação, "homens-memória" continuam existindo, ou seja, por que a necessidade de uma nova aliança entre a memória e a história, mesmo que a primeira não seja mais a vivência, a tradição, mas uma submissão ao modelo, à sistemática da história.

## NOTA

<sup>1</sup>*Lugares de memória* foi uma expressão cunhada por Pierre Nora quando da apresentação da obra, hoje clássica, por ele dirigida, *Les Lieux de Mémoire*, que pode ser concebido com um ponto em torno do qual se cristaliza uma parte da memória nacional, um tipo ideal, incluindo-se aí os patrimônios históricos, arquitetônicos, artísticos, etc.

## BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: e um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FERRO, Marc. **A História Viglada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narrativa em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NORA, Pierre (Direção). **Les Lieux de Mémoire**. La République, La Nation, Les France. 03 Vol. Paris: Gallimard, 1997.

POLLACK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. V. 02, n. 03. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. V. 05, n. 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992.